

meia, respondendo a perguntas formuladas pelo assistente de acusação, Adolfo Baptista, e pelo relator do processo, Cristiano Bratz (PMDB). Ambos disseram que foram afastados de suas funções porque vinham alertando o chefe do Executivo sobre irregularidades identificadas na Administração. Marcelo, em fevereiro de 2016 e Borges no começo deste ano.

As testemunhas citaram situações referentes ao transporte escolar, cuja licitação foi apontada como irregular pelos autores do requerimento de Impeachment e pelo Ministério Público no âmbito da

Operação Ibiacá. Segundo Marcelo, ele próprio avisou o prefeito de que algumas exigências contidas no edital de concorrência limitavam a disputa. Entre elas, a necessidade de comprovação de um capital social de R\$ 2,5 milhões.

Rodrigues ainda explicou que, antes da publicação do edital, a Prefeitura havia contratado uma empresa para definir o valor do quilômetro rodado a ser pago aos transportadores. O resultado deste trabalho teria sido ignorado pelo prefeito, que fixou um teto bem maior.

Borges acrescentou que

um grupo pequeno de assessores, como Valter Robalo, Evandro Machado, Gilson Hartmann e Adão Vargas Aloy. Os três primeiros foram afastados por decisão judicial. “Algumas vezes, entrava na sala quando estavam falando e o assunto simplesmente encerrava”.

O ex-secretário de Obras ainda declarou que este grupo se reunia com empreiteiros investigados na Operação Ibiacá, muitas vezes no gabinete, após o horário de expediente. Certa vez, ele teria sido chamado para uma reunião com o chefe de gabinete, Valter Robalo, e um desses empresários.

reportava a ele. Segundo o ex-secretário, Mello fazia os projetos, acompanhava e fiscalizava a execução. “Ele gozava de grande confiança do grupo mais próximo ao prefeito”, comentou.

Transporte coletivo

Segundo Borges, quando falou com o prefeito sobre a necessidade de elaborar uma nova concorrência, no ano passado, Aldana comunicou que nomearia uma comissão para encaminhar o assunto. Como o trabalho não avançava, o ex-secretário fez algumas cobranças, sem efeito. O processo, inclusive, teria sido arquivado duas vezes.

Quando o prazo do contrato expirou, a Administração optou por uma prorrogação de 12 meses. Em janeiro, numa reunião para discutir a renovação, Borges alegou que não via legitimidade, pois a Administração teve tempo suficiente para realizar nova concorrência e não o fez. A demora teria sido proposital para justificar a prorrogação. Na mesma linha, Marcelo Rodrigues foi enfático: “Foge à razoabilidade que, em dez anos, não tenhamos conseguido fazer uma nova concorrência.”

O papel do prefeito

Segundo Edar, o prefeito sa-

ria que já estavam prevendo as consequências. “Quando as coisas foram feitas, o processo todo deveria ter sido anulado. Borges ressaltou que, embora fosse um tema sob a sua responsabilidade, as decisões foram tomadas pelo prefeito, pela Secretaria de Gestão e pelo setor de Licitações.

O ex-secretário de Obras rechaçou a acusação feita pela defesa, sobre o sumiço de documentos que estavam sob a sua responsabilidade e que poderiam ajudar a inocentar o prefeito. “Alertei o chefe do Executivo por escrito de que o processo foi retirado da Smop, sem protocolo, pelo então secretário Evandro Machado”, ressaltou

bio que estava ocorrendo. “Quando saí, disse a ele que tinha problemas sérios de legalidade no governo. Não tenho nenhuma dúvida da responsabilidade do prefeito. Ele assinava os processos. Quem assina assume a responsabilidade”, aponta.

As férias

Para o ex-procurador geral do Município, Aldana errou ao se afastar do cargo, em janeiro, sem comunicar a Câmara. Segundo Marcelo Rodrigues, a lei diz que se a ausência for inferior a 15 dias, não precisa haver transmissão do cargo, mas não o isenta de avisar o Legislativo.

Vanir de Mattos na abertura dos trabalhos. Segundo o defensor, não está claro se se a decisão abrange apenas os prédios do Executivo ou todas as repartições públicas municipais. Mattos pediu a suspensão dos trabalhos até que a dúvida fosse sanada.

O presidente da comissão processante, Erico Velten (PDT), indeferiu o requerimento, apontando que o afastamento não se aplica à Câmara. Mesmo assim, Vanir disse que o prefeito é um “legalista” e que não correria este risco. Diante da constatação de que a reunião prosseguiria, com a tomada dos depoimentos das testemunhas de acusação, ele se retirou do plenário. Era uma tentativa de parar os trabalhos já que, por lei, a instrução não pode continuar se o acusado não tiver representação presente.

A situação inusitada provocou a interrupção da reunião. Inicialmente, hou-

tramitando na Justiça o inabilitou para a função. Tiago também tem relações de parentesco com o ex-vereador Renato Kranz, um dos autores do pedido de Impeachment.

Diante da situação, a Câmara fez novo contato com a OAB. Desta vez, a indicada foi Luzia Burin Coitinho. Os trabalhos ficaram suspensos até as 13h, momento em que ela chegou à Câmara. Luzia conhece Aldana e já trabalhou com ele no mesmo escritório. Além disso, atuou na Procuradoria Geral do Município.

Inicialmente, estavam previstos também os depoimentos dos autores do requerimento, mas a defesa de Aldana abriu mão de ouvi-los. Os trabalhos da comissão processante continuam nesta segunda-feira, com a oitiva das 16 pessoas arroladas pela defesa. Não há informações sobre a presença do prefeito afastado e do seu advogado.

O QUE MAIS ELES DISSERAM

Atrapalhando

O ex-secretário de Obras diz que se exonerou do cargo a pedido do próprio Aldana, que teria alegado a necessidade de repassar a vaga a outra pessoa para garantir a governabilidade. Borges fez várias comunicações de irregularidades por escrito ao prefeito e não houve retorno sobre providências. “Eu estava sendo um incômodo, *persona non grata*”, definiu.

Super engenheiro

Embora atuasse na Smop, Edar diz que o engenheiro Ricardo Mello tinha uma relação muito próxima com o gabinete e nem sempre se



VANIR de Mattos defende o prefeito



LUZIA foi nomeada defensora dativa